



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE PSICOLOGIA

**TICYANE SALGADO BARRADAS MILHOMEM CUTRIM**

**A SEXUALIDADE FEMININA NA MANUTENÇÃO DO PATRIARCADO E DO  
CAPITALISMO**

São Luís

2021

**TICYANE SALGADO BARRADAS MILHOMEM CUTRIM**

**A SEXUALIDADE FEMININA NA MANUTENÇÃO DO PATRIARCADO E DO  
CAPITALISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia e Formação em Psicólogo.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Denise Bessa Leda

São Luís

2021

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Cutrim, Ticyane Salgado Barradas Milhomem.

A sexualidade feminina na manutenção do patriarcado e do capitalismo / Ticyane Salgado Barradas Milhomem Cutrim.  
- 2021.

40 f.

Orientador(a): Denise Bessa Leda.

Monografia (Graduação) - Curso de Psicologia,  
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021.

1. Capitalismo. 2. Patriarcado. 3. Sexualidade feminina. 4. Subjetividade. I. Leda, Denise Bessa. II. Título.

**TICYANE SALGADO BARRADAS MILHOMEM CUTRIM**

**A SEXUALIDADE FEMININA USADA NA MANUTENÇÃO DO PATRIARCADO E  
DO CAPITALISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento do Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia com Formação de Psicólogo.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Denise Bessa Leda

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Denise Bessa Leda (DEPSI/UFMA)  
Orientadora

---

Prof<sup>a</sup>. Ma. Wanderlea Bandeira Ferreira  
(DEPSI/UFMA)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Maria Áurea Pereira Silva  
(DEPSI/UFMA)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Rosane de Sousa Miranda  
(DEPSI/UFMA) (suplente)

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, Tyronne e Alécya, por sempre procurarem proporcionar o melhor para mim. Todas minhas conquistas vieram acompanhadas de boas conversas; bons conselhos; boas parcerias por parte dos meus pais. Obrigada por terem me feito crescer com determinação. Também agradeço ao meu irmão, Lucas, por ter me ensinado a ter gentileza e cuidado. Obrigada pela minha família em geral por sempre ter me incentivado, principalmente no hábito da leitura, e na escolha da minha futura profissão.

Agradeço aos amigos que fiz ao longo da vida, em especial Tammires que me acompanha desde a infância e aos que dividiram a graduação comigo. A universidade me proporcionou diversas experiências únicas e que contribuíram para a própria constituição desta Monografia. Obrigada por ter um Gil e um Anderson.

Agradeço à minha namorada, Beatrice, que acompanhou todo meu percurso pela universidade. Ela que me viu passando por alguns percalços e me acalentou. Tua presença me ajudou a seguir em diversos momentos.

Agradecimentos também para minha orientadora, Denise Bessa Leda, que prontamente aceitou a proposta desse estudo e sempre possuiu muita paciência, assim como disposição. Durante a graduação não pensei em outra orientadora, fico extremamente feliz de ter se concretizado.

## RESUMO

A sexualidade feminina se configura dentro de estruturas patriarcais e machistas, o que a torna alvo de imposições. A dominação masculina sob a sexualidade das mulheres é uma forma de controle, conseguindo as subjugar e afetando sua subjetividade, pois, a constituição de feminilidade é em oposição à masculinidade. Ou seja, ser mulher está em menor valor do que ser homem. Ademais, dentro do sistema capitalista ser mulher representa mais do que estar como consumidora ou trabalhadora, assume a condição de ser objeto. O processo de objetificação transforma a mulher como passível de ser comprada, em posições de prostituição ou pornográficas. Este trabalho discute a constituição da sexualidade feminina dentro da sociedade patriarcal e capitalista, os impactos que causa na construção da subjetividade feminina e sua representação social. Para tanto, realizou-se levantamentos nas plataformas Google Scholar e Scielo com objetivo de conseguir material de discussão em artigos dos últimos quinze anos e livros desde a década de 1980, analisando-os com a abordagem da Psicologia Sócio-Histórica. Dessa forma, evidenciou-se a relevância do tema da sexualidade feminina como objeto de estudo para a Psicologia.

**Palavras-chave:** Capitalismo. Patriarcado. Sexualidade feminina. Subjetividade.

## **ABSTRACT**

Female sexuality shapes itself inside patriarchal and chauvinistic structures, which makes it a target for imposed rules. The male domination over women's sexuality is a form of control, subjugating and affecting its subjectivity, because the construction of femininity is done in opposition to masculinity. Thus, being a woman has less value than being a man. In a capitalist system being a woman goes beyond being a worker or a consumer, it also makes her an object. The process of objetification makes the woman liable of being bought, in positions of prostitution or in the pornographic industry. This monography discusses what constitutes the female sexuality inside a patriarchal and capitalistic society, the impacts that it has on the construction of female subjectivity and its social representation. For that purpose, we have used Google Scholar and Scielo to search and analyze papers from the last fifteen years and books from 1980 until now, correlating the research with socio-historical psychology. This has shown a need for more research in the field of psychology regarding female sexuality.

**Keywords:** Capitalism, patriarchy, female sexuality, subjectivity

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 A SEXUALIDADE FEMININA USADA NA MANUTENÇÃO DO PATRIARCADO E DO CAPITALISMO.....</b>	<b>12</b>
<b>2.1 Patriarcado no sistema capitalista.....</b>	<b>12</b>
<b>2.2 A construção sócio-histórica do feminino.....</b>	<b>17</b>
<b>2.3 Prostituição, pornografia e manutenção de privilégios.....</b>	<b>25</b>
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>37</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Neste estudo, visa-se esclarecer a hierarquização social advinda da constituição de gêneros e suas imposições, em específico suas consequências para as mulheres. A construção de gênero nessa sociedade machista — em que o homem detém mais poder do que a mulher — fomenta polaridade, delimitação de papéis e imposições sociais. O gênero feminino conserva a chamada feminilidade, em que são, de acordo com Colling (2004), apresentados conjuntos de comportamentos considerados mais sensíveis; submissos; passivos, como inerente à mulher e não considerando o papel fundamental da cultura na elaboração e manutenção destes comportamentos. Colling (2004), também afirma, que o gênero masculino é possuidor da masculinidade, em que os comportamentos são o contrário do que é historicamente definido para a feminilidade, representando a força; a dominação; a inteligência e o poder.

Assim, a mulher sendo considerada menos independente e poderosa, o homem impõe dominá-la mascarando e dissimulando cuidados. Historicamente, o primeiro homem a possuir direitos sobre a mulher seria seu pai, o patriarca, posteriormente, o marido, caso trabalhe, o patrão também, os postos de comando são comumente ocupados por homens – desse modo, delimitando a mulher como objeto para homens, sendo sempre controlada por eles. A luta feminista, na atualidade, vem ganhando reconhecimento, possuindo em suas pautas, a libertação da mulher como plena e igual ao homem.

Entretanto, além de conseguir direitos jurídicos de igualdade com o resto da população, a mulher deve ser considerada uma pessoa social que possui desejos, vontades, e não necessariamente precisa cumprir as obrigações sociais ditas como femininas. Uma pessoa e não um objeto de consumo do sistema machista patriarcal, assim como, também, do sistema capitalista. Pois, os homens sendo detentores do capital por seu poder social, utilizam o entrelaçamento com o machismo, tornando a mulher não somente uma consumidora de produtos, mas, similarmente, mercadoria, exibindo-a em extrema sexualização em programas; propagandas; produtos. A mulher protagonizando a pornografia, a prostituição, enquanto posição vulnerável; em situação de risco e marginalizada.

A sexualidade da mulher parece existir apenas para o usufruto masculino, ou seja, centrada em relações heterossexuais, excluindo a possibilidade de mulheres que se sentem atraídas por outras mulheres. Ademais, se há a representação de algo não heteronormativo, é sexualizado e usado como fetiche. Logo, a mulher não sendo considerada dona de si mesma em

variados temas, também tem capturado o controle de seu próprio corpo tomado – a sua sexualidade é usada para a manutenção dos sistemas machista e capitalista.

Visou-se que esse tema da sexualidade feminina seja estudado a partir dos princípios da abordagem da Psicologia sócio-histórica, a qual compreende o ser humano como unidade de si mesmo e unidade da sociedade conjuntamente, um ser biológico e também, social. Assim, a Psicologia sócio-histórica estuda o processo de ser agente de transformação social, mas, também, receptor e influenciado por ela. As influências sociais permeiam o indivíduo em sua história de vida, logo, as influências culturais do sistema machista e capitalista estão presentes na construção do indivíduo.

Essa monografia foi pensada e elaborada pelo interesse em estudar a liberdade feminina no contexto da sexualidade, visto ser um tema com escassez de produções científicas, necessário, mas permeado de preconceito. Para compreendê-lo, é fundamental resgatar a construção histórica da estrutura hierárquica e os papéis sociais dos gêneros masculino e feminino, discutindo determinantes sócio-históricos que sustentam a cultura patriarcal no sistema capitalista. Dessa forma, identificar os dispositivos que contribuíram para o lugar da mulher como instrumento de manutenção da cultura patriarcal no sistema capitalista.

Assim, considera-se imprescindível, a reflexão e a análise de como a mulher consegue se projetar e se desenvolver, na sociedade atual, com as limitações machistas. Ademais, além da contenção patriarcal, há também o uso da mulher como mercadoria, como objeto de consumo, como mencionado anteriormente, a liberdade feminina está respaldada em vários fatores culturais.

Em uma sociedade machista, em que os homens detêm poder, as mulheres parecem como suas propriedades, seus objetos. Há a anulação de seus próprios desejos e do seu desenvolvimento pessoal, colocando frequentemente a mulher à serviço dos homens, em termos físicos e psicológicos. Assim, há decadência na autoestima, amor próprio e qualidade de vida das mulheres, com forte sujeição à classe masculina. O valor dessa problemática está pautado em conhecer as consequências dos papéis sociais, alimentados por gerações, os quais contribuem para perpetuar a hierarquia de gênero na sociedade.

A relevância do estudo acerca da liberdade sexual da mulher, e a exposição deste, tornar-se de imensurável extensão, pois, leva-se a compreender como é a complexidade da sexualidade feminina em suas instâncias de objeto e produto, havendo manutenção de privilégios de dominação patriarcal e capitalista. O conhecimento sobre as consequências desse controle pode

se tornar visível para a sociedade de modo geral, como também individualmente para cada mulher.

De acordo com Jeffreys (2009), a sociedade patriarcal e capitalista utiliza a mulher como mercadoria, reduzindo-a de ser humano para um objeto. Essa concepção de posse da mulher em torno de toda sua existência é histórica, e muda suas nuances de acordo com as modificações culturais. O machismo com a supremacia masculina fomenta explicações para que a mulher permaneça no seu papel submisso, de continuamente errada e incapaz. Algumas inquietações que pautaram este estudo foram: O que os estudos apontam sobre a visão da mulher referente à sua própria história, seus problemas e suas dificuldades sob a visão machista? Quais os impactos na vida das mulheres quando são postas no papel social de submissão?

No Capítulo “Patriarcado no sistema capitalista” vê-se uma análise sobre como foi a adequação de estruturas de dominação masculina dentro de um sistema econômico, no caso, o capitalismo. As formas singulares de relações de poder masculina são levadas para a esfera pública, ao espaço de trabalho, além da esfera privada. As mulheres são dominadas dentro de suas relações familiares e de trabalho, além de serem tratadas como consumidoras e objetos dentro do mesmo sistema.

Em seguida, no Capítulo “A construção sócio-histórica do feminino” há a discussão sobre como a feminilidade é construída socialmente, sofrendo algumas alterações de acordo com o contexto histórico, mas, ainda mantendo até os dias atuais algumas características impostas como passividade e dedicação para constituir família. Os determinantes que levam para a identificação do que é a feminilidade e a masculinidade advém de concepções machistas, rebaixando o feminino.

O Capítulo “Prostituição, pornografia e manutenção de privilégios” explora a questão da mulher ser além de consumidora no sistema capitalista, também um objeto. O processo de objetificação ocorre quando há a redução da mulher para a igualar com um objeto ou posse. Assim, discute-se sobre a prostituição e pornografia serem maneiras de usar o corpo feminino em prol da manutenção do controle masculino e do capitalismo.

Para a construção da presente monografia foi utilizada a pesquisa bibliográfica, a qual está dentro do modelo qualitativo. A abordagem utilizada foi a Psicologia Sócio-Histórica. De acordo com Gonçalves (2007), a Psicologia Sócio-Histórica tem em si a noção de historicidade, tem o anseio de compreender o ser, encarando-o como produção histórica, tal como os pressupostos de um método que trazem as dimensões concretas da vida. Ao longo de transformações que ocorrem no ambiente, o ser humano que o habita também se afirma como

sujeito, como agente transformador, o que suscita a relação entre o sujeito e o externo, o sujeito-objeto.

O Materialismo Histórico e Dialético, presente nessa abordagem, não coloca como dicotomia a subjetividade e a objetividade, pois como afirma Gonçalves (2007, p. 115): “Contraditoriamente, ao mesmo tempo em que se afirma o sujeito, afirma-se o objeto, apresentando-se o primeiro como que submetido ao segundo, já que o que se quer garantir é a objetividade do conhecimento”.

O estudo trata de uma pesquisa bibliográfica com enfoque na perspectiva sócio-histórica, as plataformas de pesquisa recorridas foram SciELO e o Google Acadêmico. As principais fontes de materiais foram:

- 1) Artigos dos últimos quinze anos (2006 a 2021), por caráter de atualização;
- 2) Livros desde a década de 1980, a partir da terceira onda feminista;
- 3) Textos em português e inglês.

As principais palavras-chaves para a pesquisa foram:

- a) Gênero;
- b) Sistema capitalista;
- c) Patriarcado;
- d) Sexualidade feminina.

A análise efetuou a seleção de materiais que puderam corroborar com o resgate do percurso histórico do ser mulher, possibilitando a compreensão de mudanças sócio-históricas e culturais, abordadas juntamente ao Materialismo Histórico e Dialético que permearam o sujeito feminino, tangendo as limitações e produções sobre o seu corpo e sua subjetividade. Tal sistematização buscou contribuir com a Psicologia, no que diz respeito à discussão do tema da sexualidade feminina e os mecanismos sociais que a permeiam dentro de uma sociedade patriarcal e capitalista.

## **2. A sexualidade feminina usada na manutenção do patriarcado e do capitalismo**

### **2.1 Patriarcado no sistema capitalista**

O capitalismo é um sistema econômico que visa a partir do capital e da exploração do trabalho humano, produzir mais mercadorias e consequentemente adquirir cada vez mais lucro e acumulação de riquezas. Dessa forma, Paulo Netto e Braz (2007) afirmam que a produção de mercadorias tem o objetivo de obter mais dinheiro para o capitalista, não sendo para sanar uma necessidade de um produto que falta para este proprietário dos meios de produção. Dentro dessas produções de mercadorias há os meios como são feitas, a matéria prima; as máquinas; a própria força de trabalho. Assim, o capitalista possui a aplicação da força de trabalho para obter as mercadorias, as quais vende com uma margem de valor maior do que lhe foi gasta, gerando o lucro. O lucro é o objetivo desse sistema.

Paulo Netto e Braz (2007) trazem um panorama interessante, em que falam sobre como o mercado de produção capitalista não tem necessariamente correlação com a vida individual do capitalista (patrão) e suas características de personalidade. Não ocorrem essas dinâmicas necessariamente porque o capitalista é mau e insaciável, porém, sim pelo próprio sistema capitalista. O capitalismo demanda que para haver a produção precisa ter o objetivo insaciável de lucro, caso uma empresa não tenha essa caça ao lucro como objetivo primordial, dificilmente conseguirá se manter no sistema.

No entanto, não é todo resultado de trabalho que é mercadoria. Gorz (2005) afirma que a mercadoria tem em sua definição que ser reproduzida, igualmente como vendida, possuindo um valor de troca e venda. Para que a produção de bens ocorra, é necessário a divisão de trabalho entre diferentes indivíduos, os quais não possuem direitos nas mercadorias que contribuíram para produzir. As divisões que ocorrem no trabalho estão em vários tipos de ramos, são diversas as necessidades e especificidades que uma mercadoria exige para ser feita, o que torna os ramos dependentes entre si para o resultado final. O trabalho privado de uma pessoa está dentro do conjunto da sociedade, o trabalho social. As relações sociais se apresentam nas relações entre os produtos no mercado, isto é, representa o trabalho de todos os indivíduos que participaram no processo de produção daquele produto.

Há a destituição dos produtores (trabalhadores) de serem donos, restringindo-os para a condição de assalariados, cabendo-lhes apenas vender a força de seu trabalho. Segundo Gorz (2005) há a qualificação do capital humano, sendo os aspectos comportamentais do indivíduo,

algo que conta com a sua subjetividade. Assim, utiliza-se do próprio indivíduo, da sua singularidade e existência, como uma produção.

De acordo com Souza (2015) antes da constituição do capitalismo já existia o sistema patriarcal, que aloca a mulher como submissa e inferior ao homem. Colling (2019) define patriarcado como uma organização familiar, em que o homem sendo o pai ou marido detém poder sobre a filha ou esposa, assim como outros membros que constituem a família. Dessa forma, a mulher se torna um ser dependente de uma figura masculina para lhe prover e cuidar. Com a formação do capitalismo, a mulher continua nessa posição submissa socialmente na esfera privada e conjuntamente na esfera pública do trabalho, pois não havia a aceitação que ela estivesse no mercado de trabalho. Cabia ao homem a função de sustentar a família, formada pela esposa e filhos.

Souza (2015) discorre sobre como o patriarcado possuiu formas para se ajustar ao capitalismo, de forma a parecer intrínseco a esse sistema econômico. Antes do capitalismo não havia diferentes esferas, como a privada e a pública, logo, o trabalho ocorria junto com as relações familiares. A vida no campo era composta com a participação de toda a família, apesar do homem continuar sendo o líder daquele núcleo, a mulher conseguia exercer um papel de auxiliar. No entanto, com o surgimento da esfera pública, o homem passa a trabalhar fora do ambiente familiar e para a mulher cabe somente a existência na esfera privada. A diferenciação entre o trabalho masculino, produção de capital, e trabalho feminino, reprodução da família, é formado e somente o papel do homem é considerado valorizado, fomentando a opressão econômica e de gênero.

Souza (2015) elucida sobre como mesmo entre os homens há uma diferença na sociedade, pois podem estar todos inseridos no sistema capitalista, mas há diferenças de acordo com o poder aquisitivo. Os homens que são patrões e donos dos meios de produção possuem poder tanto na esfera privada quanto na pública, mas os homens proletários somente possuem poder na esfera privada. Ou seja, nas duas instâncias o que coincide é o poder sobre as mulheres.

Por necessidade de maior força de trabalho, Souza (2015) fala que surgiu a inserção da mulher no mercado. Pois, pelo patrão havia a demanda de mais mão de obra e pelo proletariado a necessidade de mais dinheiro para a sobrevivência da família. Contudo, as mulheres ao adentrarem o mercado de trabalho foram colocadas em posições inferiores e com salários menores em comparação aos homens. Enquanto as mulheres burguesas não trabalhavam, já que os maridos conseguiam prover plenamente as necessidades da família. Colling (2019) fala como no começo e até metade do século XX, o trabalho feminino era considerado resultado da

pobreza e as vagas destinadas eram de funções mais baixas, enquanto profissões mais valorizadas eram desconsideradas para mulheres exercerem, conseqüentemente os estudos universitários ou até mesmo o básico, não tinham muita participação feminina.

Souza (2015) comenta que o início do século XX foi marcado por reivindicações femininas por maior atuação na vida pública, como o direito ao voto. A Inglaterra e os Estados Unidos tiveram importantes e grandes lutas pelo voto feminino nessa época, sendo um marco e influência para outros países. Evidenciam-se que essas reivindicações eram por participação na sociedade, porém não questionando o papel social destinado para a mulher, como ser mãe e dona de casa.

Verbicaro e Homci (2021) falam que a mulher se enxergava solitariamente, não conseguindo criar uma identificação com outras mulheres exatamente por não estarem sendo representadas e vistas. Posteriormente, ainda no século XX, houve outros movimentos, considerados feministas, que clamavam por mais possibilidades de existência para as mulheres e questionavam o motivo de determinadas condições e obrigações em suas vidas.

A chamada primeira onda do feminismo, no começo do século XX, traz questionamentos sobre a introdução e a diferenciação feminina no mercado de trabalho, também questões políticas; na segunda onda ocorrida na metade do século XX, o feminismo já carrega problemáticas sobre a diferenciação entre os gêneros; enquanto a terceira onda do feminismo vivenciada na década de 1980, evidencia como mesmo dentro da classe feminina há diferenças, mostrando como mulheres sofrem vários tipos de opressões de acordo com cor de pele, etnia, classe econômica e orientação sexual.

Colling (2019) comenta como os movimentos feministas procuraram desnaturalizar o patriarcado, mostrando-o como uma organização de relações de poder e não um sistema único ou correto. Houve a evidência de como o contexto histórico influenciou as formas de relações, assim como fatores culturais e sociais, não sendo uma condição natural entre os gêneros a desigualdade apresentada na sociedade. Assim como o próprio capitalismo não é natural ou a única forma de relação econômica possível entre os indivíduos. Dentro do capitalismo há desigualdades de rendas e condições de acessar aos produtos, o consumo depende do capital.

O consumo é um ato inerente do ser humano, de todas as formas vivas. No entanto, o capitalismo fez com que a forma de consumo fosse modificada para o consumismo. Bauman (2008) define o consumismo como uma constituição de vontades e desejos dos indivíduos, que impulsiona a sociedade para a produção e a manutenção do sistema. O acúmulo de mercadorias está diretamente relacionado com a riqueza, enquanto a pobreza se relaciona com a ausência de

produtos, inclusive os essenciais para a sobrevivência, assim, as mercadorias estão inseridas nas relações entre os indivíduos. De certa forma, no capitalismo uma maneira da subjetividade do ser humano se constituir é na compra e venda dessas mercadorias, evidenciando que necessita ter o capital sob seu controle para as possuir, essa dinâmica é usual no cotidiano dos indivíduos. A mercadoria está em algo que satisfaz a necessidade humana, sendo um objeto externo. Conjuntamente, separa os indivíduos em condições socioeconômicas e evidencia a desigualdade social. Desta maneira, o consumismo tem representação importante na formação de grupos sociais e do próprio indivíduo.

Bauman (2008) diferencia como o consumo é característico do ser humano e o consumismo é característico da sociedade. O consumismo é um processo em que as vontades de todos os indivíduos são aglomeradas e repetidas, obtendo uma força transformadora, a qual movimenta a sociedade para uma forma determinada de existir. Segundo Bittencourt (2016) há motivações sociais e existenciais para o ato de consumo, sendo tais motivações indissociáveis.

Dessa forma, tudo pode ser comprado ou vendido em prol do sanar a crise identitária dos diferentes sujeitos. Pois o capitalismo apresenta o consumismo como se este fosse a solução dos problemas de identidade, enquanto na realidade, somente faz com que tais problemas sejam mais intensificados. De acordo com Bittencourt (2016) não há autonomia de escolha do indivíduo sobre as posses que almeja, já que o sistema de marketing insere, sutilmente ou não, opções para que se deseje, as quais são constantemente alimentadas e reinventadas. Não há livre escolha dentro da lógica do mercado, a qual vende objetos com a promessa de aquisição da felicidade.

Verbicaro e Homci (2021) articulam, como dentro do capitalismo, a mulher é posta como um objeto, além de também consumidora. Em propagandas, pornografia, prostituição, as mulheres são objetificadas, reduzindo-as de suas subjetividades. Assim, as mulheres estão condicionadas ao consumo dos homens, sua sexualidade e o seu corpo estão para a satisfação de desejos masculinos. Enquanto consumidoras estão reféns de padrões de beleza irreais, advindos com produtos estéticos e procedimentos cirúrgicos.

Inclusive, a definição da mulher como frágil; submissa; dependente; desejável, são estereótipos reforçados não somente no visual do cotidiano, como também no imaginário das histórias de contos de fadas. As histórias destinadas para as meninas costumam ser de princesas que enfrentam algum conflito e a solução surge ao encontrar um príncipe. Para a mulher sempre foi imposto desejar ter um marido e filhos, além de outros padrões definidos socialmente, como determinados comportamentos e aparência física. Cruz (2017) relaciona como a publicidade

mantém essa figura passiva da mulher, sendo encarada como natural pelos consumidores, enquanto não passa de um estereótipo. A representação de uma mulher provendo a família com alimentação e carinho ou em um cenário de extrema produção estética são formas simples de papéis sociais.

Verbicaro e Homci (2021) destacam a ideia de o capitalismo utilizar a mídia para alcançar o público, pois nas representações construídas pelos diferentes veículos de comunicação costuma haver uma figura feminina estereotipada sendo sexualizada. A própria sexualização impõe um padrão de beleza a ser cumprido. Assim, o capitalismo cria necessidades artificiais para demandas que foram suscitadas pelo sistema. Segundo Cruz (2017) com a massificação de produtos de beleza tornou-se uma obrigação feminina utilizá-los, para que a mulher procure manter a juventude nos traços físicos e continuar desejável. A ideia desses autores se relaciona com Bauman (2008) sobre como o consumismo propulsiona uma forma de viver.

A mulher comum que passa por mudanças de peso e de idade para alcançar o padrão de beleza da magreza; sem marcas de expressões; sem celulites; sem estrias, utiliza de produtos estéticos e cirurgias invasivas. Segundo Verbicaro e Homci (2021) a relação corporal feminina é criada com inúmeros estímulos da mídia, causando uma imagem deturpada de si mesma, havendo possibilidade de desenvolvimento de transtornos alimentares e/ou de imagem. Entre tais transtornos estão a anorexia; bulimia; ortorexia; dismorfia corporal, em todos há a alimentação ou a visualização corporal conturbada.

O modo como historicamente o gênero feminino veio sendo construído socialmente afeta como a mulher se posiciona e se enxerga no mundo. A publicidade repetidamente divulga materiais que podem corroborar para o rebaixamento do feminino, agregando para a feminilidade questões de extrema preocupação como a aparência física e os relacionamentos amorosos, sedimentando o estereótipo feminino de fútil, e sempre doadora de atenção ao próximo. A construção de determinantes considerados femininos provém de estruturas sociais e sua desconstrução também é possível por meio de mudanças culturais.

## 2.2 A construção sócio-histórica do feminino

Como visto no capítulo anterior, homens e mulheres existem de diferentes formas dentro das esferas privada e pública, conseqüentemente suas funções são diferentes. Butler (2010), importante referência para os estudos feministas, em sua obra *Problemas de Gênero*, articula sobre a divisão pelo gênero, distinção sociocultural e comportamental, além do próprio sexo, categoria biológica. Visa-se esclarecer como o gênero feminino e o masculino, da mulher e do homem, estão em conformidade com o gênero designado para si ao nascer, torna-se uma estrutura hierárquica e quais as conseqüências dessa estrutura.

Segundo Colling (2004) sendo uma hierarquia, há poder maior para quem está no topo, no caso, sendo o homem e a conseqüente ideia do que compõe a masculinidade, enquanto a mulher e a feminilidade são um conjunto abaixo. Constrói-se a sociedade patriarcal, machista, exatamente pela hierarquia e discrepância de poder, que geram desigualdades entre o homem e a mulher.

Ademais, ser mulher não é somente o sexo biológico, carrega a idealização da feminilidade; da delicadeza; da educação; as expectativas da organização do lar; de constituir família e possuir filhos, que são socialmente construídas como intrínsecas à feminilidade. A sociedade patriarcal coloca papéis sociais como algo da natureza biológica da mulher, algo inato.

Segundo Bock (2007) o ser humano é ativo, um agente de transformação social e possuidor de uma bagagem histórica. A construção de sua individualidade é marcada pelas influências da sociedade externa. Esse pensamento se relaciona com Beauvoir (2009), afirma que dessa forma, o ser humano do sexo feminino não necessariamente é uma mulher, pois, ser mulher neste momento é a agregação de todos esses valores; deveres que são considerados inatos; construção do gênero. Há, então, formulação de classes, a classe estrutural feminina na sociedade, sendo sempre vista em relação à classe masculina, o padrão da humanidade para o indivíduo.

Segundo Aguiar (2007), o estudo do fenômeno psicológico é fomentado pelo estudo do processo e movimento do ser humano, pelo seu meio sociocultural. A partir da experiência de produzir uma ação e receber também esta do meio externo, há a construção da relação do ser humano, psicológico, com o ambiente. O sistema psicológico seria constituído da atividade que o indivíduo produz em seu meio sociocultural e do registro que possui desta vivência.

Os indivíduos são seres sociais que possuem necessidade de relações interpessoais. Pateman (1993) elucida que pela busca de melhor adequação dessas relações há a concepção

de contratos sociais, tendo em vista a troca de suas liberdades e desejos absolutos, o que antes gerava insegurança pela instabilidade sobre as ações dos outros sobre si, agora há contratos que estabilizam ordens a serem seguidas. A manutenção da ordem sendo exercida por meio de uma sociedade civil, guardada pelo Estado.

Pateman (1993) afirma que todos podem exercer sua liberdade de acordo com esse contrato social, garantindo a mesma condição civil para todos. Entretanto, salienta que além do contrato social, há o contrato sexual, porque a sociedade fomenta o patriarcado enquanto, também, a liberdade garantida pelo Estado em uma democracia. Contudo, esses dois sistemas não são compatíveis em seus funcionamentos.

Havendo a manutenção do contrato sexual pelo patriarcado, há a manutenção também de opressões sistemáticas contra as mulheres. Assim, a liberdade que a mulher possuiria por ordem democrática de seu próprio corpo e escolha de suas próprias ações, é regrada por seus pais; seus companheiros; seus maridos; pelos homens. Pois, o patriarcado é um sistema de hierarquia, dando poder para os homens sujeitarem as mulheres e manterem a posição de controle. Nesse sentido, Pateman (1993) fala que a liberdade civil não é universal, é dada para os homens.

A vida da mulher começa dominada por seu próprio pai, para depois ser controlada pelo seu marido, em condição imposta, também, pela heterossexualidade compulsória em uma sociedade heteronormativa, não dando espaço, sem julgamentos e preconceitos, para que esta mulher se relacione com outra.

A expressão “é falta de homem” propõe uma longa reflexão, composta por uma posição da mulher irracional e dependente. Colling (2015) contextualiza como a partir da Grécia Antiga houve a crença de que a mulher possuía um animal irrefreável dentro de si, o útero. Elaborar-se que a natureza feminina deveria ser regulada pelo útero, carregando um desejo incontrolável de procriação e caso este não fosse cessado, com o ato do sexo heterossexual, poderia causar doenças para a mulher. Assim, a identidade feminina era formada, sempre à espera de um controle masculino.

Colling (2015) explora outras expressões sobre a fragilidade feminina, como, a semente feminina ser considerada mais fraca do que a semente masculina, ou seja, a elaboração de uma menina no útero seria uma semente fraca. Nascer uma mulher seria consequência do fruto de sementes fracas. Além da comparação entre corpos, rebaixando as mulheres por possuírem massa corporal menor do que os homens, inclusive a crença do cérebro feminino ser menor,

pois, deveria ser condizente com o tamanho do corpo. Estes pensamentos partiram da Grécia Antiga e perduraram durante a Idade Média.

A dualidade da figura feminina na Idade Média, de acordo com Colling (2015), é expressa pela manutenção da figura fraca; passiva; doméstica, no entanto, há também a condição lasciva da mulher. As mulheres que buscavam conhecimentos e o demonstravam, eram chamadas de “feiticeiras”. Pois, mulheres não deviam estar em posições de poder e se conseguissem seria por meio de “magia”. E, exatamente por serem consideradas como uma figura fraca e frágil, deveriam estar sob a tutela de um homem, por proteção.

Colling (2004) afirma que a história feminina foi contada por versões masculinas, dessa forma, o que se pode obter sobre as mulheres são vislumbres dos desejos de homens. A liberdade feminina é enclausurada e fixada nos moldes esperados dos homens, de seu marido. O casamento e o contrato matrimonial, por exemplos, fazem parte do contexto do contrato sexual e do social, assim como da esfera privada e pública.

No período colonial brasileiro, Pereira e Silva (2013) relatam que a sexualidade feminina era direcionada exclusivamente para a função de procriar. A sexualidade feminina sem ser para reprodução era uma ameaça para o equilíbrio da manutenção da família, além de costumes e regras de instituições religiosas e civis. Nessa época, a escolha do marido era feita pela família da mulher, deixando para esta um papel passivo de aceite. As relações matrimoniais eram feitas visando vantagens econômicas, excluindo e menosprezando o vínculo de afeição e amor. Inclusive, casamentos onde os pares possuíam idades discrepantes, como um homem muito mais velho e uma mulher jovem, eram comuns, pois, um homem mais velho teria mais estabilidade financeira para cuidar da esposa e dos filhos.

Pereira e Silva (2013) discorrem como no período brasileiro do século XIX houve mudanças significativas nos modos de se relacionar. Por meio do avanço da burguesia, criou-se a esfera privada, do lar, e a esfera pública, do trabalho. A família ficou mais restringida do resto da sociedade. No entanto, ainda cabia para a mulher o papel de virgem e passiva. Já no século XX vieram mudanças políticas, sociais, morais. A mulher possuindo participação no capitalismo como trabalhadora, deu início ao seu processo de emancipação.

Alves (2012) articula como o casamento para a mulher vai além do que seria desejo ou vontade, seria um destino. Supõe-se que é um evento que deve ocorrer para todas as mulheres, casar e constituir uma família tradicional. O contrato matrimonial resulta para as mulheres obrigações, tanto domésticas quanto sexuais. Assim, decorrente desse contrato o marido passa

a ter o suposto direito de livre acesso ao corpo da esposa, essa coerção sexual desenvolve um cenário de violência e abusos respaldada em contexto histórico.

David (2019) especifica que a violência contra a mulher pode assumir a forma física; psicológica; moral; sexual e patrimonial. A mulher se manter em um relacionamento abusivo pode ocorrer por diversos fatores, como a naturalização da violência tanto por parte individual; familiar; profissionais de saúde ou da justiça, dependência emocional ou dependência financeira.

Nessa mesma obra, David (2019) evidencia como essas práticas abusivas do relacionamento ocorrem majoritariamente na esfera privada, no âmbito doméstico, espaço em que a mulher deveria se sentir mais segura. O abuso dentro do relacionamento forma um processo cíclico, tornando-se repetido e contínuo. Primeiramente há a fase de tensão, colocando a vítima em estado de insegurança, adentra a fase de agressão, posteriormente no momento de desculpas, em que o agressor demonstra ter arrependimento, até chegar na reconciliação, os comportamentos do agressor estão envoltos de carinho e cuidado para que a vítima creia na mudança dentro do relacionamento. No entanto, é um ciclo de violência, recomeça tudo novamente.

Pateman (1993) critica o próprio termo de contrato matrimonial, já que contrato é um acordo entre indivíduos iguais que analisam e chegam em um determinante vantajoso para ambos. Contudo, para que a mulher fosse considerada como igual ao homem, deveria ser inserida realmente na sociedade e de forma igual ao gênero masculino.

Alves (2012) esclarece como a igualdade entre homens e mulheres não deve ser somente na esfera pública. É importante que a mulher possa agir politicamente, no entanto, é restringida na esfera privada e familiar. Coloca-se o homem como líder e a esposa como quem organiza a família. Mesmo que a esposa trabalhe, ela encara ainda a jornada dupla de ser ativa na esfera privada, em casa. Os trabalhos domésticos e relativos aos filhos continuam sobre a responsabilidade da mulher, causando sobrecarga e busca por empregos de meio período e com menor remuneração para conseguir conciliar todas as suas demandas.

Economicamente, as únicas mulheres que conseguiriam entrar em um acordo vantajoso seriam as com maior poder aquisitivo, o que representa pouco na realidade brasileira atual. Segundo o Instituto Locomotiva, a classe média corresponde a 47% dos brasileiros em 2021, isto é, menos da metade da população. De acordo com Pateman (1993), se as mulheres estivessem em igualdade política e econômica não haveria razões para se sujeitarem aos homens, esperando sobrevivência. A independência feminina ameaça a dominação masculina.

Pateman (1993) diz que a distinção sexual é a diferença entre a liberdade e a sujeição, logo, a diferença sexual é política e do contrato original. Segundo Foucault (2004), há uma série de fenômenos que abrangem tanto os mecanismos biológicos da reprodução como as variantes individuais e sociais do comportamento. Há a instauração de regras e normas apoiadas em instituições religiosas, judiciárias, pedagógicas e médicas, sendo que estas instituições também são regidas pela cultura patriarcal e heteronormativa, e além de que, há mudanças no modo pelo qual os indivíduos são levados a dar sentido e valor à sua conduta, seus deveres, prazeres, sentimentos, sensações, sonhos e sexualidade.

Colling (2015) articula que, ao longo da história, a atividade sexual sempre foi objeto de preocupação moral e, como tal, submetida à dispositivos de controle das práticas e comportamentos sexuais. Controles estes que afetaram e afetam a sociedade até hoje, e que tem peso muito maior quando se trata da mulher que sofre, tanto com o controle geral da sociedade, quanto com o controle gerado em instâncias mais particulares – uma vez que é considerada objeto dos homens ao seu redor, como o seu pai e posteriormente seu marido.

Atualmente, apesar das mulheres terem conseguido conquistar maiores direitos perante a sociedade, ainda se vive em uma sociedade machista e patriarcal. O Código Civil, Lei n.º 10.406/2002 (BRASIL, 2002), estabelece que qualquer um dos cônjuges adote o sobrenome do outro, ou seja, em uma relação heterossexual, a mulher pode aceitar o sobrenome do homem ou o homem pode adotar o sobrenome da mulher. No entanto, ainda é costume de que seja a mulher que admita o sobrenome do homem, assim constituindo o “nome da família”, fazendo com que a população não tenha conhecimento sobre essa possibilidade de que o homem adote o sobrenome da mulher. Ainda é marcante a presença da concepção da mulher ser considerada uma propriedade do homem, percebe-se que somente os meios de exibir as ideias mudaram.

Os crimes passionais, incitados por paixões, e os feminicídios, motivados por misoginia, ódio contra as mulheres, mostram como a mulher ainda é vista como objeto. Um objeto feito para cumprir prazeres; atender expectativas; não ter vontade própria. Segundo dados do Ministério Público, o Brasil registrou entre março de 2016 e março de 2017, oito casos de feminicídios por dia, 2.925 casos no país. Conforme o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019, esses dados em 2018 aumentaram 4% em comparação ao ano de 2017 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019). Enquanto no ano de 2020, período que engloba a pandemia de COVID-19, houve o crescimento de 22,2% dos casos de feminicídio em doze estados brasileiros comparando com os dados de 2019 (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020).

A Lei do feminicídio, nº 13.104/2015 (BRASIL, 2015), alterou o Código Penal brasileiro para especificar esse crime de homicídio contra mulheres, com a motivação sendo o desprezo pelo gênero feminino, significando uma grande conquista e auxílio para a Lei Maria da Penha, nº 11.340/2006, criada para combater a violência doméstica e familiar (BRASIL, 2006). No entanto, o feminicídio e a violência doméstica ainda são subnotificados, também, por vezes, não enquadrados na lei por despreparo e descaso dos profissionais que lidam com os casos.

A restrição da mulher em ser plenamente respeitada como sujeito de direitos é uma questão política, que interfere diretamente no contrato social de liberdade civil. Se a mulher não possui a liberdade natural para receber a liberdade civil, feita por contratos sociais, reconhecidos por serem feitos por indivíduos capazes e garantidos pelo Estado, ela não existe como pessoa valorizada para a democracia. Assim, Pateman (1993) afirma que a mulher existe somente na condição natural e conseqüentemente, na divisão sexual, por esse prisma, ela é destituída da liberdade civil.

No entanto, o patriarcado não existe somente na esfera natural, inclusive, ele não possui funcionamento compatível com o que seria esperado da democracia e da esfera civil, mas os homens possuindo poderes fluídos entre os dois sistemas, vivem a hierarquia patriarcal em ambos. Pateman (1993) fala que o direito sexual do homem e a masculinidade exercida sobre as mulheres está nos dois domínios, na democracia e na esfera natural.

Superando essa concepção de esfera natural, que tem relação com natureza humana, Bock (2007) esclarece que a subjetividade do indivíduo é construída em contato com a objetividade da sociedade. À vista disso, a construção da masculinidade proporciona um dos alicerces para a construção do que é um indivíduo, fazendo a feminilidade ser algo contra isso. Beauvoir (2009), também fala que a classe que abarca a feminilidade, das mulheres, é sempre em relação com a classe que contém a masculinidade, dos homens.

Dentro da mesma perspectiva defendida por Bock, Aguiar (2007) comenta que o psicológico se forma com as trocas de subjetividade do indivíduo com a objetividade do mundo, assim é a constituição do ser social. A pessoa se torna de fato um ser humano quando participa das interações sociais, culturais, na relação com os outros. A subjetividade humana afeta a objetividade do mundo, pois a interpretação de sua individualidade converge sobre o que lhe foi apresentado, e seu registro será a partir de sua expressão e vivência. Logo, a consciência do indivíduo depende da capacidade de sua reflexão e singularidade, tornando-a parcial ao seu próprio processo histórico e social. Dessa maneira, a consciência é continuamente processual.

Ademais, o objetivo do mundo será sempre apresentado de modo subjetivo para o indivíduo, pois será interpretado pela pessoa por sua própria visão. É da construção humana a produção da cultura e do social, sendo o indivíduo agente de transformação, assim como de recepção. Aguiar (2007) discute que a transformação do ambiente causa no indivíduo também mudanças, abalam as atividades internas da subjetividade. Conjuntamente, o modo como a sociedade se organiza influencia no modo como o indivíduo pode constituir a sua subjetividade, o psicológico do ser humano agrega as relações sociais experimentadas que foram internalizadas, e desta forma, constrói o indivíduo. De acordo com Beauvoir (2009), a construção do gênero foi uma criação de seres humanos, uma estrutura hierárquica em que a subjetividade masculina foi posta como o viés central, o que continuamente afeta a vida de todos em sociedade.

Para Beauvoir (2009) o gênero é uma construção social, possuindo assim também o caráter de desconstrução, é possível de modificações. Segundo Colling (2015) o ato de desconstruir não quer dizer encontrar uma verdade, mas, evidenciar as falhas e conflitos em determinada constituição. Ou seja, o objetivo não é sobrepor ou subjugar, é analisar.

O foco para a desconstrução do patriarcado não deve ser somente na visão dos contratos, pois, as políticas públicas e a inserção de direitos são extremamente importantes, mas se supõe ser uma medida paliativa. Os contratos existem pela distinção entre homens e mulheres, essa diferença é que causa a subordinação e deve ser o alvo da mudança, a desconstrução do que é masculinidade e feminilidade.

Doravante, do que é constituída uma mulher? Pateman (1993) diz que a mulher enquanto lugar é uma idealização do imaginário patriarcal, e o feminismo busca a finalização dessas construções limitantes sobre a mulher, enquanto social também, não se limita às questões naturais. Há diferenças entre as mulheres, em relação ao poder aquisitivo; à cor de pele; à sexualidade, mas a divisão sexual é comum para todas.

Além do mais, uma sociedade capitalista e machista tem nos seus meios a exploração de mulheres como manutenção para ambos os sistemas. Pois, há a constante sexualização do corpo feminino em prol do prazer masculino. O corpo da mulher é encarado como objeto para a satisfação dos homens, é posto em canais de televisão e redes sociais associadas a diversos produtos comerciais, transparecendo a ideia de que tanto os objetos reais, como o ser humano são semelhantes na instância de possuir, exemplo, o fato do homem encarar como seu direito o acesso ao corpo feminino, seja dentro ou fora do casamento.

A naturalização da dominação masculina acarreta nas mulheres posições de submissão, tanto em relações pessoais quanto de trabalho. No sistema capitalista a objetificação feminina possibilita acesso ao corpo da mulher como um produto a ser consumido, isto é, uma forma de reafirmar as relações de poder, o homem mantém seu papel de dominador.

### 2.3 Prostituição, pornografia e manutenção de privilégios

Foi comentado no capítulo anterior sobre a diferenciação entre os gêneros masculino e feminino, assim como a imposição de papéis e funções para cada um. É colocado como um objetivo feminino constituir família, dessa forma, o casamento é uma forma de assegurar o acesso ao corpo feminino para os homens, estabelecendo-se um contrato sexual. No entanto, de acordo com Pateman (1993) o casamento é somente uma das formas de ter o corpo da mulher sob controle, sendo outra forma a prostituição. Ou seja, homens podem comprar o corpo da mulher para uma relação sexual no mercado capitalista.

O contrato sexual que Pateman (1993) comenta abrange, também, a prostituição, além do casamento em si, ainda mais em um sistema capitalista e ainda em uma perspectiva heteronormativa. A mulher vira moeda de troca em um mercado social, como possibilidade de atender desejos masculinos. Colling e Tedeschi (2019) evidenciam como a prostituição é comumente denominada a profissão mais antiga do mundo, dessa forma, é naturalizada. Contudo, essa afirmação seria uma interpretação do passado por viés atual. As relações sexuais que eram feitas de formas simbólicas em rituais, como entre sacerdotisas e outras posições de poder, não tinham essa conotação de mercadoria que a prostituição carrega.

De acordo com Goto; Costa e Schievano (2019) há registro já na Grécia Antiga de casos de prostituição e possivelmente abertura de bordel, alegando ser para o bem e tranquilidade do povo. A prática de serviços sexuais se manteve na Idade Média, mesmo com os pudores e proibições do Cristianismo, dessa forma, recaía sobre a prostituta o peso pecaminoso do ato. Entretanto, apesar da sociedade julgar a mulher prostituta, para o cliente não havia desaprovação, inclusive, a prática sexual com prostitutas era vista como uma forma de manter a masculinidade e a ordem social. A sexualidade masculina tinha uma significação diferente da feminina.

Goto; Costa e Schievano (2019) desenvolve como a prostituição na Idade Média, majoritariamente, era composta por mulheres que ficaram viúvas, estando em situações de miséria. Com a Revolução Industrial, as mulheres conseguiram espaço no ambiente público, propiciando mudanças na sociedade como movimentos feministas e sexuais, mas, essas mudanças não alcançaram as mulheres que já estavam na prostituição. As mulheres prostitutas continuavam em seu espaço precário, à margem do espaço público.

Nunes (2015) discorre sobre como há a dualidade na figura da mulher que é “de família”; mãe; e casta, e da mulher prostituta, que é nomeada como puta e safada. Concomitantemente, ambas as figuras são elaboradas para que a instituição família exista, já

que parece ser necessário haver uma mulher dentro da estrutura familiar e uma mulher para que todos os desejos sexuais masculinos sejam contentados. Geralmente, sendo mulheres vulneráveis financeiramente, são colocadas para a satisfação sexual do desejo masculino, e têm menos oportunidades em um sistema que é elitista. Por exemplo, a melhor educação é acessada por quem possui maiores condições financeiras, tornando também a educação uma mercadoria. Além do mais, os empregos necessitam de grau de instrução que a maioria delas não puderam ter.

Mescla-se na situação da mulher pobre, a falta de esclarecimentos sobre as questões de gênero e raciais. Os trabalhadores necessitam de grau de instrução para se candidatar e conseguir efetuar suas tarefas remuneradas, contudo, há preconceitos no momento da contratação, como exemplos, o modo como está vestida, como é o formato do cabelo e a cor da pele. Em muitos casos, as empresas alegam que a imagem que querem ser representadas não se encaixa em determinado perfil. A negritude está em relação à branquitude, assim como a feminilidade está em relação para a masculinidade. Nunes (2015) elucida como o patriarcado e o racismo colocam a mulher que não é branca em posições fixas de marginalização. A sociedade é composta por estruturas sociais, como a condição financeira; a condição de gênero; a étnica, dentre outras.

Nogueira (2017), por sua vez, discorre sobre como a figura da mulher indígena é sexualizada. Os portugueses ao invadirem terras brasileiras e iniciarem seu processo de colonização, relacionavam-se com as indígenas de modo consensual ou não, sendo uma estratégia, pois, aumentavam a quantidade dos povos, posse de terras e mão de obra. A relação entre portugueses e mulheres indígenas era marcada pela erotização, diferenciando-se da relação entre portugueses e portuguesas, as quais eram reconhecidas como recatadas.

Nogueira (2017) discute que ao obter um povo miscigenado, os portugueses começaram a fortalecer mais a imposição da religião católica, obrigando os povos originários a mudar suas questões culturais. Os colonizadores transformaram as mulheres indígenas em escravas para trabalharem dentro de casa, sendo tais mulheres, objeto de violações sexuais e mais imposições de costumes culturais, causando um grande confronto entre a população originária e os portugueses. A relação entre indígenas e portugueses se tornou mais agressiva, a cultura portuguesa afetava a cultura nativa, problematizando e colocando como proibido, além das atribuições obrigatórias de atividades tanto para homens quanto para mulheres. Assim, converteu-se como opção a busca por escravizarem outras pessoas para que os portugueses

possuíssem mão de obra, assim a África foi considerada como possibilidade de escravização do seu povo.

Nunes (2015) articula, como houve pouca mudança para a mulher negra depois do período colonial, restando-lhe atividades que remetem ao cuidado doméstico em casas de famílias e subempregos, a mulher negra é vista ainda como propensa a se sujeitar à prostituição pela falta de escolhas no mundo do trabalho, e sua necessidade de sobreviver é igual a de qualquer outra pessoa. Nunes (2015) esclarece também sobre a sexualização maior em relação à mulher negra, encaixando-a no estereótipo de um ser com extremo desejo sexual e sem pudor. Contudo, essa visão estereotipada e preconceituosa da mulher negra advém do racismo, em que há redução dessa mulher para o sexo e trabalho.

Segundo Jeffreys (2009), a prostituição é uma manutenção contínua do sistema patriarcal, visto que, a autora ao falar que o corpo feminino pode ser comprado, a pessoa pode ceder a si própria – sofrendo violência física e psicológica – para o homem satisfazer seus desejos sexuais. A prostituta se anula, o objetivo não é uma troca de prazeres. Da mesma forma, ocorre a manutenção da exploração da mulher pelo capital.

Goto et al (2019) comentam alguns motivos que os clientes expõem para procurar os serviços sexuais: ter uma relação com a prostituta demanda menos esforço do que com uma mulher sem estar sendo paga; garantia de satisfação de todos seus desejos, sendo convencionais ou não; não há a obrigação de comprometimento e manter um tipo de envolvimento com a prostituta; entre outros motivos. Esses clientes são de diferentes estados civis, assim como de diferentes faixas etárias, porém, todos têm em comum a satisfação sexual que a prostituição promove para o homem.

Além disso, Goto et al (2019) afirmam como é marcado na fala desses indivíduos a facilidade de ter acesso ao sexo. O homem quer estabelecer um vínculo sexual, obtendo também carinho, sem que isto lhe demande esforço. Elaborar-se o pensamento que os homens por vezes procuram sexo sem interesse de que seja algo duradouro ou com compromisso, porém, é cobrado das mulheres que possuam relacionamentos monogâmicos e constituam família, sendo a mulher que desvia desse mandamento moral, considerada uma desajustada; sem valor; puta. Então, um grupo de mulheres marginalizadas surge para sustentar uma ordem de dominação masculina, no caso as prostitutas.

Conforme Colling e Tedeschi (2019), a figura da mulher prostituta sofreu e continua sofrendo por sua existência – repúdio ou exclusão – na sociedade. Durante os anos, houve – e ainda há – a discussão tanto pelo Estado ou por movimentos feministas, se a prostituição

deveria ser regulamentada ou proibida, sendo qual fosse a posição, a prostituta se mantinha como marginalizada e imoral, enquanto seus clientes nunca foram rechaçados socialmente.

Goto et al (2019) articulam como existia um cenário até os anos 1970, de que a prostituição não deveria ser legalizada pelo Estado, tanto em governos nacionais como internacionais. Entretanto, com o aprofundamento do neoliberalismo nos anos de 1980, esse cenário se converteu com prática econômica e maior tolerância da liberdade sexual para atender às demandas do livre mercado. Dessa forma, a prostituição foi legalizada e transformada em mercado em alguns países, como Alemanha; Nova Zelândia; Austrália e Holanda.

De acordo com D'Avila (2019), a União Europeia tem um dos mercados mais ativo de consumo de sexo e sexualidade, seja por meio da prostituição ou até mesmo por exploração sexual advinda de tráfico humano. Assim, há um grande trânsito de pessoas pela Europa que se movimentam por meio desse tráfico humano, como também permanecem na Europa para este destino de exploração. A Alemanha, onde a prostituição é regulamentada e legalizada, ocupa a posição de maior consumidor de serviços sexuais do continente europeu. É o país que tem mais prostitutas na União Europeia e o quinto em nível mundial, sendo uma indústria capitalista avaliada em bilhões de euros. O Brasil, tem sua primeira tentativa de regulamentação em 2003, sendo arquivada, enquanto em 2012 o projeto foi resgatado, PL nº 4.211/12, conhecido como PL Gabriela Leite para homenagear uma líder do movimento de direitos das prostitutas e profissionais do sexo, e está paralisado atualmente na Câmara dos Deputados.

A necessidade de a mulher ter seus desejos sexuais realizados é natural, assim como a de se alimentar, mas, ao contrário da necessidade alimentar, o desejo sexual pode até mesmo ser satisfeito por si próprio(a) ou por relações consensuais. A concepção que defende a ideia que o homem tem mais desejo sexual que a mulher é uma ideia machista e apoiadas por algumas religiões, convém considerar que mulheres são podadas – durante o seu desenvolvimento– para não mostrarem o interesse e o prazer sexual que possuem.

A análise de Foucault (1990) sobre a sexualidade é muito dependente de certa ideia disciplinar, do século XIX. Mesmo esse autor possuindo conhecimento dos movimentos feministas americanos, da subcultura sadomasoquista ou da Frente Homossexual de Ação Revolucionária (FHAR), na França, ainda assim, nenhum desses fatores o levou a considerar de forma relevante a proliferação das tecnologias do corpo sexual, do século XX. Essas tecnologias ganham peso ainda maior quando se trata do corpo feminino, e acabam delimitando os papéis sexuais do homem e da mulher, deixando clara a posição da mulher nessa hierarquia sexual, ainda que fornecendo a ideia falsa de liberdade.

Assim como a prostituição, a pornografia, igualmente, vai além de uma forma de estimulação visual para a masturbação. Jeffreys (2009) articula que tanto a pornografia quanto a prostituição foram somente formas maiores de acesso ao corpo feminino, além de os homens o possuírem em relacionamentos amorosos. Além disso, Jeffreys (2009) fala sobre como o perfil da mulher que trabalha como atriz pornográfica condiz com o da prostituição, são mulheres em situações mais vulneráveis, apresentando-se nos vídeos de forma extremamente submissa e sofrendo algum tipo de violência física. Segundo D'Abreu (2013), em análise de 304 cenas de filmes pornográficos mais populares, os episódios de agressão física apresentavam-se em 88% e agressão verbal em 49%, sendo nessas, os homens agrediam em 70% e as mulheres eram os alvos em 94% dos filmes.

Os filmes pornográficos e a prostituição se tornam indústrias no meio da sociedade. A indústria pornográfica cria os vídeos com a demanda de exibir cenas de sexo, entretanto, com os anos passando e o conteúdo se tornando usual demais, são propostas inovações no produto desse setor, e como em todo mercado, a constante inovação garante a sobrevivência da indústria. Por exemplo, a indústria alimentícia faz a introdução de novos sabores, novas texturas, enquanto a indústria pornográfica lidando com pessoas, também tenta a propaganda e novidades da mesma forma.

O sexo em si, nesses filmes, parece pouco. O conteúdo necessita mudar constantemente e com isso os limites que ele alcança, também. As cenas dos filmes pornográficos se tornam cada vez mais violentas, mostrando práticas que não costumam ser de real interesse da população de forma genérica. Segundo D'Abreu (2013), a banalização da violência contra a mulher na pornografia, pode interferir nas relações – amorosas e interpessoais de forma geral – que esse consumidor (homem) tem em sua vida. Esse homem pode padronizar o sexo pornográfico como práticas usuais na realidade. Assim, será que a pornografia traz a problemática de que a maioria dos consumidores desses filmes possuem essa tendência para o sexo masoquista, por parte das mulheres, e sádica, por parte dos homens?

As mulheres são vistas nesses vídeos, produzidos, pela indústria pornográfica, como as que sofrem mais violência física. D'Abreu (2013) mostra que as formas de violência dirigidas à mulher e mais comuns, apresentadas na análise das 304 cenas pornográficas, foram: o espancamento (74%), engasgos durante o sexo oral no homem (54%), insultos (49%) e tapas (41%). Esse conteúdo compor o cenário mais comum para vídeos é uma questão, se realmente foi demanda dos clientes ou se a indústria pornográfica o criou por meio da inovação mercadológica e do machismo. Veiga (2015) comenta como o sexo pornográfico tem que

parecer real, mas sair do usual, ou seja, algo que chame atenção. Na sociedade capitalista, o crescimento da diferenciação mercadológica – se sobressair na concorrência – e a busca por lucro mostram como há a criação de produtos que não são necessariamente o que os clientes procuravam inicialmente, mas o que acham e aceitam.

Veiga (2015) mostra como um vídeo pornográfico violento e até com cenas de estupro, evidencia a sociedade em que se está inserido. Se tal vídeo tem existência, e continua a ser reproduzido, é porque existe quem o assista. Nasce o questionamento de como há espectadores que continuam a assistir, provavelmente estão sentindo prazer em fantasiar essa cena tão violenta. A reprodução dessa agressividade advém de uma sociedade onde isto é possibilidade real.

Sommacal e De Azambuja (2017) articulam como a violência contra a mulher é uma forma de dominação patriarcal, visando a manutenção do poder masculino. A violência vem em diferentes simbologias, por estereótipos machistas; por piadas ofensivas; assédio; estupro; ainda havendo outras situações. A naturalização dessas ações perpetua e legitima o poder masculino.

Sommacal e De Azambuja (2017) especificam ainda que o estupro não é apenas a realização de desejo sexual, relaciona-se com modos de poder. É uma sujeição da mulher, isto é, a concepção de que o homem é detentor do corpo feminino e assim pode o acessar de acordo com o seu querer. É uma intimação e ameaça do que pode ocorrer para uma mulher caso não se comporte de acordo com as normas sociais, como se vestir “adequadamente”; não frequentar determinados locais; como se comunicar; entre outras normas.

Ainda com base em Sommacal e De Azambuja (2017), essas autoras distinguem o ato sexual e o estupro, pois, o sexo em si é o meio por onde ocorre a violência do estupro. Dessa forma, estupro não é sexo, ele pode perpassar o sexo como um mecanismo de violência, visando controle e não necessariamente saciação de desejo sexual. Portanto, essa violência não tem direta relação com o órgão genital, conseguindo ser efetuada com objetos também, é uma idealização de dominação.

É notável como a pornografia pode criar seu cliente, como pode ocorrer o costume de práticas violentas pelo excesso de conteúdo deste tipo. Além de que, com o avanço e acesso fácil da internet, é muito comum conseguir olhar *online* e de forma prática em computadores e celulares. O acesso fácil à pornografia, durante a formação do indivíduo, faz com que ele tome as práticas exibidas em vídeos, revistas, filmes, etc, como o que deve ser feito. Os títulos dos vídeos, as propagandas advindas ao seu lado, falam em como se deve fazer isso; como as

mulheres gostam, como um homem deve fazer. O adolescente, com a busca por aceitação e construindo sua identidade, possivelmente vai querer fazer parte do que é chamado de masculinidade, do que é ser homem.

Veiga (2015) articula como a pornografia está possuindo um papel de educação sexual para crianças e adolescentes, no entanto, questiona-se como elas estão conseguindo acesso à esse material. As figuras de autoridades desses indivíduos menores de idade deveriam regular de forma mais eficaz seu acesso com a internet e conseqüentemente os *sites* que frequentam. Seria uma alternativa muito simplória culpar apenas a pornografia pela exposição do sexo para crianças e adolescentes.

De acordo com Veiga (2015) adultos, por vezes, apresentam dificuldade em compreender que o sexo pornográfico é fantasioso, não um guia de como se deve ser ou como é uma relação sexual, pessoas mais jovens ainda dificilmente poderiam ter esse discernimento. Consideramos que os adultos devem ser mais presentes na educação sexual de seus filhos ou por quem são responsáveis, evitando a pornografia, mas também não devem perpetuar, de outras formas, atitudes machistas e violentas contra as mulheres.

Segundo Veiga (2015) há categorias pornográficas que são mais assistidas do que outras. O estudo da autora demonstrou como os vídeos que mais estavam sendo vistos em 2014 em um site pornográfico envolviam: foco no prazer masculino, evocando a ejaculação do homem como o auge do momento sexual; relações incestuosas, como madrasta e enteado ou madrasta e enteada; relações lésbicas; adolescentes; sexo à três. Algumas dessas categorias são transgressivas, vão contra a ordem moral vigente, como o caso de relações incestuosas. Ademais, o adolescente constrói sua masculinidade, absorvendo da cultura e do meio social que tem acesso, possivelmente também construindo suas preferências sexuais a partir do que lhe é apresentado repetidas vezes.

Comentando sobre o processo de construção da subjetividade, Aguiar (2007) elucida que, tanto no plano individual como no social, há a presença de signos na linguagem, instrumentos detentores de significado, os quais são formas de contato entre a realidade e a consciência; pois, o signo sendo apreendido será interpretado pela individualidade da subjetividade humana, enquanto, também é representado como objetivo no meio. A internalização de atividades é dotada de significado que a pessoa carrega no processo de sua construção e existência, o qual pode, com o decorrer do tempo, converter-se para outros tipos de significados. A natureza de ser agente de transformação propicia ao indivíduo a possibilidade de criação e modificação.

O homem possui o entendimento que é dever da mulher lhe satisfazer, sendo assim o direito masculino de requerer, estende-se para a imposição de determinadas posições no ato sexual. Isto é, uma denominação de cunho machista que pode alcançar outros níveis, como possibilidade o estupro e o abuso sexual. Ao ser requerido da mulher práticas sexuais que não necessariamente lhe agradem, o ato de negar se esvai por meio do papel social de submissão, a mulher acaba por ceder, trazendo toda a história social de aceitação e adequação na idealização masculina.

Ademais, Crestani (2019) expõe como o prazer feminino não está como foco nem nas gravações da cena pornográfica, onde por muitas vezes a atriz não gostaria de estar fazendo determinado ato. Não necessariamente afirmando que é uma ação que vai contra a vontade da atriz, mas que se torna uma obrigação fazer o que o diretor estiver exigindo para que possa se manter atuando e ganhe mais oportunidades no mercado de trabalho. Logo, mesmo que não seja algo prazeroso, a atriz faz em prol da manutenção do seu trabalho.

Segundo Jeffreys (2009), há pensamentos que se opõem, afirmando que a violência apresentada nos vídeos pornô é somente simbólica, fazendo com que atinja somente o nível da fantasia, não havendo a concretização pelo homem desses atos violentos na realidade com sua parceira. Entretanto, a autora afirma que não faz sentido ser somente uma fantasia, o que novamente causa a questão: se a fantasia não foi uma demanda criada externamente, que não seria essencialmente da individualidade da pessoa. Ou seja, o que antes não era considerado possibilidade acaba por se tornar, é algo que está sendo absorvido da pornografia e aplicado na realidade. Algumas perguntas surgem: Apesar da compreensão da sociedade patriarcal e violenta com as mulheres, todos os homens absorveriam com a mesma intensidade os estímulos sociais violentos? A fantasia da pornografia não pode acessar limites que antes foram considerados extremos para alguns homens?

Zacariotti et al (2019) comentam como o imaginário se transpõe para o real. Os estereótipos que as cenas pornográficas carregam são assimiladas pelo indivíduo e convertidas em ideias e práticas sociais, ou seja, em sua realidade. Veiga (2015) esclarece como possui a evocação do imaginário para o real, articulando as fantasias, até mesmo as que possuem um teor de abuso e violência. Fantasias que ao vir para o real podem ser consideradas práticas ilegais civilmente.

De acordo com Zacariotti et al. (2019) os filmes pornográficos heterossexuais são representados pela dominação e agressividade masculina, enquanto há a aceitação da passividade feminina. Contudo, havendo a negação da própria parceira e de outras mulheres

que ao longo da vida o homem encontre, surge a possibilidade do crime de estupro<sup>1</sup> por achar que é seu direito aquele tipo de ato sexual, assim como há a possibilidade dele procurar a prostituição, pois, as mulheres que estão na prostituição, marginalizadas e sem proteção, não podem fazer essa recusa de forma segura. À vista disso, há a possibilidade desse homem tornar-se um cliente da indústria pornográfica e da prostituição.

Na pornografia há o ponto da problemática de determinadas práticas, como anteriormente falado, de agressividade e passividade, porém, há a questão sobre os próprios corpos e suas formas. Zacariotti et al (2019) comentam sobre a constituição do ideal de corpos magros, branco e depilados, ou se não estão dentro desse padrão, há a fetichização – redução em um objeto para saciação de desejos – desses corpos diferentes. Corpos de pessoas transexuais, não brancas, gordas, estão sujeitos ao desejo e repulsa concomitantemente, por estarem fora do padrão de beleza da sociedade e no entanto, também despertarem fetiches.

Ademais, a pornografia carrega em si outras problemáticas. A sociedade é heteronormativa, no entanto, cenas com mulheres se relacionando com outras mulheres são extremamente vistas. De acordo com Zacariotti (2019) “lésbica” era uma das quatro maiores categorias em um dos maiores sites de pornografia, Pornhub, em 2017.

Lima (2017) discorre como a mídia pornográfica representa as relações entre mulheres, construindo o que é uma mulher que não é hétero e como é o sexo lésbico, sempre pautado por uma visão centrada no heterossexual. As cenas lésbicas são produzidas para atender ao desejo masculino da sexualização dos corpos femininos, ou seja, o público são homens assistindo mulheres se relacionando, não são o alvo dessas cenas mulheres assistindo outras mulheres. Segundo Veiga (2015) há na mídia pornográfica a diferenciação da categoria *For woman* para atender aos desejos das mulheres, em que elas podem assistir cenas que considerem seu prazer, já que pornôs usualmente são feitos visando ao público masculino.

Dessa forma, Lima (2017) explana que essa representação de mulheres com outras mulheres no meio pornográfico é uma invisibilização e inferiorização desses sujeitos, por considerar que não existe outra sexualidade e forma de se relacionar além da heterossexual, e

---

<sup>1</sup> Conforme o Código Penal Brasileiro em seu artigo 213 (Lei nº 12.015/2009), estupro é: Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos. § 1º Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos: Pena - reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos.

se caso exista, é para saciar desejos masculinos e não pela subjetividade das mulheres. Souza e Gonçalves (2020) mostram como até o ano de 2019 ao procurar a palavra “lésbica” no sistema de buscas do Google, deparava-se com grande conteúdo pornográfico, após o ano de 2019 foram acrescentados conteúdos mais informativos.

Souza e Gonçalves (2020) comentam sobre a crença de que o sexo entre duas mulheres não é considerado realmente, é um ato menosprezado. Não ter a presença masculina seria como afirmar que não existe a possibilidade de prazer, e, partindo dessa premissa vem as intromissões de homens em relacionamentos entre mulheres, o assédio. Constantemente homens sentem desejo ao olhar um casal de duas mulheres, oferecem participação e ao ter seu pedido negado se ultraja. Como se aquelas mulheres tivessem que exercer esse desejo para ele, como se precisasse ter um espectador ou mais um elemento para ser real.

A usual submissão feminina ultrapassa o controle do fazer ou não fazer sexo, possuindo a partir do acesso massificado da pornografia o padrão de práticas e atos sexuais bem definidos e delimitados. Segundo Zacariotti et al (2019), o homem cobra de sua parceria real o corpo da atriz, as falas, as ações que podem não ser prazerosas para tal parceira. De modo geral, as ações cobradas não são prazerosas para as próprias atrizes, pois, o trabalho delas, assim como o das prostitutas, não é uma mútua troca de prazer e sim, a anulação de si para o prazer masculino. É imposto à parceira a atuação do que seria o sexo na simbologia e fantasia ideal que o pornô transpassa, a mulher em prol total do homem e tornando o sexo da realidade pautado na fantasia. Dessa forma, a indústria pornográfica tem enorme poder social, cultural e econômico.

A liberdade sexual feminina é uma farsa, enquanto as mulheres não conseguirem se pronunciar decididamente em negação aos estereótipos, ao passo que não forem respeitadas em um relacionamento e quando não conseguirem, simplesmente, negar a relação sexual. Ainda mais, conseguirem se recusar a fazer determinadas práticas sem o medo de ser trocada por outra; da traição e do chamado instinto masculino, que nada mais é do que o constante direito dado para os homens de colocarem os seus desejos por cima dos sentimentos e vidas das mulheres.

A sexualidade feminina não se mantém somente em configurações heterossexuais, abrangendo a lesbianidade; bissexualidade; assim como outras formas LGBTQI+. Logo, ter liberdade sexual vai estar em um contexto transgressor social, construindo uma nova subjetivação da mulher em torno do sexual; do gênero; da etnia; da classe social. Assim, desconstruindo essa hierarquização masculina, a mulher conseguirá fazer o seu empoderamento por estar plena em seus desejos.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição do feminino passou por diversas transformações ao longo do último século. Inicialmente, no começo do século XX era vista uma concepção de mulher completamente dependente de seus cônjuges ou pais, sem ser reconhecida como um indivíduo. Ainda durante o século XX esse cenário começou a sofrer alterações, de acordo com reivindicações femininas por maior autonomia e representatividade na sociedade. Assim, as mulheres começaram a serem reconhecidas como aptas a participar das decisões políticas e a compor o mercado de trabalho, estudarem e possuírem profissões. No entanto, ainda há um longo percurso que necessita ser enfrentado, a autonomia feminina está além de colaborar com o capitalismo, sendo mão-de-obra barata ou objeto, conforme comentado ao longo da monografia.

A história feminina foi contada pela visão dos homens, o que torna suas representações marcadas pelo olhar masculino. Dessa forma, houve o apagamento de mulheres relevantes em momentos históricos por serem desconsideradas pelos homens, além do próprio reforçamento de concepções machistas para adequar o feminino ao sistema patriarcal. O resgate da constituição do feminino levando em consideração a estrutura machista e patriarcal é deveras relevante para a própria emancipação da mulher.

O feminino construído em paralelo ao masculino, tornando-os como duas instâncias opostas, elabora a feminilidade como algo de menor valor. A mulher está no mundo como figura de submissão, o que invisibiliza seus desejos e objetivos, além de sua redução de indivíduo para objeto. Dentro do sistema capitalista a mulher assume uma posição de consumidora e de objeto, sendo passível seu corpo de processo de compra, como a prostituição e a pornografia. O percurso de ser colocada em posição de subordinação e objetificação impacta na construção da subjetividade da mulher.

As opressões sofridas pelo gênero feminino estão relacionadas com estruturas sociais de dominação masculina, apesar das mulheres possuírem atualmente significativa relevância no mercado de trabalho, ainda estão em posição subjugada nas relações de poder. A feminilidade continua em sujeição à masculinidade. Assim como o corpo feminino, sua sexualidade e sexualização é utilizada em prol do gênero masculino, ocorrendo, entre outros fatores, um acentuado desgaste psicológico para as mulheres. Este trabalho buscou ressaltar a relevância que a sexualidade feminina representa no contexto do capitalismo e do patriarcado, os quais em

conjuntos formam estruturas singulares e que são importantes para a constituição da subjetividade do indivíduo e por isso precisam ser objeto de estudo da Psicologia.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Wanda M. Junqueira. **Consciência e atividade:** categorias fundamentais da psicologia sócio-histórica. In Bock, A. M. B., Gonçalves, M. da G. M., Furtado, O. (Orgs.). **Psicologia Sócio-histórica: Uma Perspectiva Crítica em Psicologia.** São Paulo: Cortez, 2007.
- ALVES, Clarissa Cecília Ferreira. **Uma análise feminista acerca do contrato de casamento e da obrigação de caráter sexual dele decorrente.** Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria.** Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2008.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. Tradução: Sérgio Milliet.
- BITTENCOURT, Renato Nunes. A antinatureza do consumismo. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 16, n. 187, p. 83-97, 2016.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade.** Tradução Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BOCK, Ana. M. Bahia. **A Psicologia Sócio-histórica: uma Perspectiva Crítica em Psicologia.** In Bock, A. M. B., Gonçalves, M. da G. M., Furtado, O. (Orgs.) **Psicologia Sócio-histórica: Uma Perspectiva Crítica em Psicologia.** São Paulo: Cortez, 2007.
- BRASIL. Lei n. 11.340 de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em 22 de nov. de 2019.
- BRASIL. Lei n. 13.104 de 9 de março de 2015. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em 22 de nov. de 2019.
- BRASIL REGISTRA OITO CASOS DE FEMINICÍDIO POR DIA, DIZ MINISTÉRIO PÚBLICO. **G1**, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/brasil-registra-oito-casos-de-feminicidio-por-dia-diz-ministerio-publico.ghtml>>. Acesso em 22 de nov. de 2019.
- COLLING, Ana Maria. A construção histórica do feminino e do masculino. **Gênero e cultura: questões contemporâneas**, v. 1, p. 13, 2004.
- COLLING, Ana Maria. A construção histórica do corpo feminino. **Caderno Espaço Feminino**, v. 28, n. 2, 2015.
- COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio. **Dicionário crítico de gênero.** Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.
- CRESTANI, Aline Michelli. **Eu sou uma pessoa normal, entendeu:** gênero, corpos e subjetividades na pornografia. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2019.

CRUZ, Milena Freire Oliveira. Representações do feminino na publicidade: estereótipos, rupturas e deslizes. **Chasqui: Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 134, p. 181-200, 2017.

D'ABREU, Lylla. Pornografia, desigualdade de gênero e agressão sexual contra mulheres. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 592-601, 2013.

D'AVILA, Lucas. **Cardápio exótico**: a mercantilização e hipersexualização de mulheres prostitutas migrantes na indústria sexual alemã. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

DAVID, Lucivânia Aurora. **A situação de mulheres vítimas de violência doméstica recorrente**: análise dos motivos de permanência no relacionamento abusivo. Dissertação (Mestrado em Criminologia) - Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário brasileiro de segurança pública. São Paulo, 2019. Disponível em: < <http://www.forumseguranca.org.br/>>. Acesso em 22 de nov. de 2019.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina. Fundamentos metodológicos da Psicologia Sócio-Histórica. In Bock, A. M. B., Gonçalves, M. da G. M., Furtado, O. (Orgs.) **Psicologia Sócio-histórica**: Uma Perspectiva Crítica em Psicologia. São Paulo: Cortez, 2007.

GORZ, André. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. Tradução: Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2005.

GOTO, Tommy Akira; COSTA, Ileno Izídio da; SCHIEVANO, Bruna Alves. Vivências psicológicas de homens que buscam profissionais do sexo. Uma proposta de análise psicológico-fenomenológico. **Revista de Psicologia**, v.10, p. 116 - 136, 2019.

JEFFREYS, Sheila. **The Industrial Vagina**: The Political Economy of the Global Sex Trade. 1. ed. Canada: Routledge, 2009.

LIMA, Bárbara de Melo. **A erotização da mulher lésbica**: A mídia online como produtora de realidades. Anais V Enlaçando, Campina Grande: Realize Editora, 2017.

NOGUEIRA, Leomaria Novaes. **A visão sócio-histórica da construção do feminino**: Uma questão de gênero. Centro Universitário Jorge Amado (UniJorge), 2017.

NUNES, Alyne Isabelle Ferreira. **Prostituição feminina negra**: uma análise da violência racial e de gênero na trajetória de vida. Dissertação (Mestrado em Sociologia) -. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Tradução: Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 3.ed. São Paulo, Cortez: 2007.

PEREIRA, Isabella da Silva Arantes; SILVA, Janaina Cassiano. **Escolha conjugal feminina**: Uma análise intergeracional segundo uma perspectiva crítica em psicologia. **Psicologia em Estudo**, v. 18, n. 3, p. 407-417, 2013.

SOMMACAL, Clariana Leal; AZAMBUJA, Priscila. **A cultura de estupro**: o arcabouço da desigualdade, da tolerância à violência, da objetificação da mulher e da culpabilização da vítima. **Revista da ESMESC**, v. 24, n. 30, p. 245-268, 2017.

SOUZA, Tânia Lara Marcelino; GONÇALVES, Aline Najara. **“Lésbica futurista, sapatona convicta”**: Da abjeção ao ser político. **Revista Discentis Campus XVI-Irecê**, v. 8, n. 1, p. 27-36, 2020.

SOUZA, Terezinha Martins. **Patriarcado e capitalismo**: uma relação simbiótica. **Temporalis**, v. 15, n. 30, p. 475-494, 2015.

VEIGA, Maria Júlia Alencastro. **Etnografia do Pornhub**: uma análise sobre representações de gênero na pornografia. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

VERBICARO, Dennis; HOMCI, Janaina Vieira. A objetificação sexista da mulher nas relações de consumo à luz da teoria feminista de MacKinnon. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, v. 66, n. 2, p. 51-68, 2021.

ZACARIOTTI, Daniel José de Castro Silva et al. **Pornografia e Imaginário**: a problemática reprodução de corpos e subjetividades fetichizados dentro dos filmes pornô. **Revista Iniciacom**, v. 8, n. 2, 2019.